



**ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**

RESOLUÇÃO Nº 629/03

2ª CÂMARA

SESSÃO DE 11/12/2003

PROCESSO DE RECURSO Nº 1/003084/2000 AI: 1/200013325

RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA

RECORRIDO: BM CENTER LTDA

CONSELHEIRO RELATOR: JOHNSON SÁ FERREIRA

EMENTA: ICMS. DILIGÊNCIA FISCAL. FALTA DE ESCRITURAÇÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS NO LIVRO REGISTRO DE ENTRADAS. PARCIAL PROCEDÊNCIA DA AÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO PELO PAGAMENTO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. Falta de escrituração de documentos fiscais no Livro Registro de Entradas de Mercadorias constatada através de verificação no sistema Cometa. Comprovação do lançamento contábil das referidas notas fiscais, ficando o valor da penalidade reduzida a 20 ufir, de acordo com o atenuante contido no art. 878, III, "g" do Decreto nº 24.569/97. Recurso oficial conhecido e desprovido. Decisão por unanimidade de votos e em concordância com o parecer da douta Procuradoria Geral do Estado.

RELATÓRIO:

No auto de infração nº 2000.13325 consta que a empresa autuada deixou de escriturar no livro Registro de Entradas de Mercadorias documentos fiscais dos meses de janeiro a março de 1999. Nas informações complementares, o autuante anexa cópias dos documentos fiscais e cita que estes foram digitados no sistema COMETA tendo o autuado como destinatário e não foram escriturados no Livro Registro de Entradas do Contribuinte.

O dispositivo infringido constante no auto de infração é o art. 269 do Decreto nº 24.569/97, com penalidade sugerida no art. 878, III, "g" do mesmo decreto.

O autuado após efetuar pedido de dilatação de prazo para sua defesa, apresentou impugnação ao auto de infração, onde apresenta os seguintes argumentos:

- a) Houve apenas descumprimento de obrigação acessória, não trazendo prejuízo para a apuração do ICMS. Além disso, Tais notas fiscais não escrituradas referem-se a comercialização de veículos automotores, os quais estão submetidos ao regime de substituição tributária.
- b) As notas fiscais foram regularmente escrituradas no Livro Diário.
- c) Pe de a mudança de penalidade para que seja imputada a empresa a penalidade de 40 ufr's pelo fato como um todo, contida no art. 878, VIII, "d" do decreto nº 24.569/97.

A julgadora de 1º instância pede uma perícia com o objetivo de verificar a data cronológica dos lançamentos contábeis no Livro Diário, além de verificar a data de encerramento do referido livro. Ainda, pede que se confira o pagamento através do registro no livro Caixa das referidas notas fiscais.

A resposta da perícia informa que o contribuinte não tem o Livro Caixa e apresenta um quadro demonstrativo referente as datas de lançamento das notas fiscais no Livro Diário. Cita ainda que o termo de autenticação do respectivo livro está datado de 28/01/2002.

A nobre julgador de 1ª Instância conclui pela parcial procedência da ação fiscal, intimando o contribuinte a recolher aos cofres do Estado, a importância de 20 ufr's ou interpor recurso ao Conselho de Recursos Tributários. Posteriormente, recorre de ofício ao Conselho acima citado.

O autuado, ciente da decisão de 1º instância, recolhe o valor constante como crédito tributário nesta decisão monocrática.

Parecer da Consultoria Tributária opina no sentido de que seja confirmada a decisão parcialmente condenatória de 1º instância, e ato contínuo, seja declarada a extinção do processo, nos termos do art. 54, inciso II, alínea "b" da Lei nº 12.732/97, tendo em vista o pagamento do crédito tributário. A douta Procuradoria Geral do Estado referenda o parecer da Consultoria Tributária.

É O RELATÓRIO.



VOTO DO RELATOR

O citado auto de infração baseia-se no fato do contribuinte autuado ter deixado de escriturar no livro Registro de Entrada de Mercadorias documentos fiscais referente aos meses de janeiro a março de 1999.

O contribuinte autuado pede a mudança de penalidade para o valor de 40 ufir's pelo fato como um todo.

A perícia pedida pela julgadora monocrática verifica que os aludidos documentos fiscais foram escriturados no Livro Diário e Razão.

Apesar do Livro Diário ter sido autenticado após a data de autuação, não se pode dizer que estes lançamentos foram feitos após a acusação fiscal efetuada, até porque o fiscal autuante não cita em nenhum momento que pediu os livros contábeis do autuado e este não o forneceu, ou ainda que o analisou e estes documentos não foram escriturados.

Ressalta-se que realmente os livros Diário e Razão tem a sua autenticação em data um pouco distante dos fatos contábeis, pois esses livros geralmente somente são encadernados e autenticados posteriormente a elaboração de todas as demonstrações contábeis do ano em questão.

Vejamos o que diz o art 878, III, "g" do Decreto nº 24.569/97:

"Art. 878 – As infrações à legislação do ICMS sujeitam o infrator as seguintes penalidades, sem prejuízo do pagamento do imposto, quando for o caso:

I - ...

II - ...

III – relativamente à documentação e à escrituração:

a) ...

...

g) deixar de escriturar, no livro fiscal próprio para registro de entradas, documento fiscal relativo à operação ou prestação também não lançada na contabilidade do infrator: multa equivalente a uma vez o valor do imposto, ficando a penalidade reduzida a 20 (vinte) UFIR's se comprovado o competente lançamento contábil do aludido documento;

..."



Diante disso, verifica-se através das informações constantes dos autos do processo, que os documentos fiscais não foram escriturados, porém foram lançados contabilmente no Livro Diário, não nos cabendo outra ação senão concordar que a penalidade seja reduzida a 20 ufr's, conforme estabelece o artigo anteriormente citado.

Após esses esclarecimentos, voto para que se conheça o recurso oficial, negar-lhe provimento, para confirmar a decisão parcialmente condenatória proferida pela 1ª instância, e ato contínuo, determinar a extinção do processo, em razão do pagamento do crédito tributário, em concordância com o parecer da d. Procuradoria Geral do Estado.

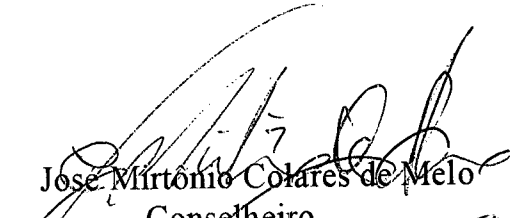
É O VOTO

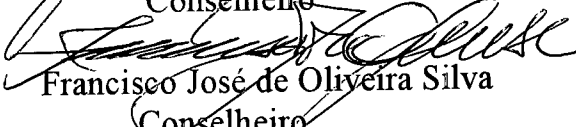



DECISÃO:

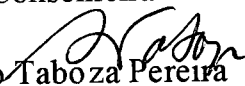
Vistos, relatados, e discutidos os presentes autos, em que é recorrente **CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1º INSTÂNCIA** e recorrida **B M CENTER LTDA**, **RESOLVEM** os membros da 2ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do recurso oficial, negar-lhe provimento para confirmar a decisão parcialmente condenatória proferida pela 1ª Instância, e ato contínuo, determinar a extinção do processo, em razão do pagamento do crédito tributário, de acordo com o voto do relator e o parecer da douda Procuradoria Geral do Estado. Ausente Ocasionalmente o conselheiro Benoni Vieira da Silva.


SALA DAS SESSÕES DA 2ª CÂMARA DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 12 de dezembro de 2003.

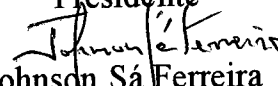

José Mirtonio Colares de Melo
Conselheiro


Francisco José de Oliveira Silva
Conselheiro



Eliane Resplande Figueiredo de Sá
Conselheira


Affonso Taboza Pereira
Conselheiro


Eliane Maria de Souza-Matias
Presidente

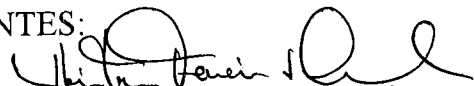

Johnson Sá Ferreira
Relator


Benoni Vieira da Silva
Conselheiro


Maria Zélia de Aquino Pinho
Conselheira

Antônio Luiz do Nascimento Neto
Conselheiro

PRESENTES:


Ubiratan Ferreira de Andrade
Procurador do Estado

Consultor Tributário